

FONTES PARA A HISTÓRIA DOS BANCOS NO BRASIL (O CASO DE SÃO PAULO: 1850-1930)

Flávio Azevedo Marques de Saes*

A historiografia brasileira não registra muitos títulos dedicados especificamente à História dos Bancos. Tal lacuna talvez seja reflexo da preocupação dominante nas principais interpretações da História Econômica do Brasil, qual seja, de entender a passagem da economia agrícola voltada à exportação para a economia de base industrial. No caso específico do Estado de São Paulo, área que liderou o desenvolvimento industrial brasileiro, esta preferência da historiografia é nítida: as pesquisas sobre o café e a indústria concentraram, por longo tempo, grande parte dos estudos da história econômica de São Paulo. Em muitos desses trabalhos havia referências ao papel dos bancos: tais referências, no entanto, fundavam-se em indicações esparsas, sem maior cuidado com a reconstituição da história bancária e de seus reais vínculos com o processo de transição da economia agrária para a industrial.

No período mais recente, a história dos bancos no Brasil passou a interessar alguns pesquisadores que realizaram estudos sistemáticos sobre o sistema bancário a nível regional ou nacional. Sem embargo, deve-se reconhecer que o tema ainda é relativamente pouco conhecido e que muitas dúvidas, até mesmo de caráter empírico, subsistem entre aqueles que se dedicam à História dos Bancos no Brasil. Este fato espelha, em certa medida, a dificuldade de acesso a algumas fontes primárias de pesquisa da maior importância como, por exemplo, os arquivos dos bancos.

Trata-se, portanto, de tema que aguarda novas contribuições: estas, se puderem contar com o acesso a fontes adequadas, certamente irão esclarecer aspectos fundamentais que até hoje são pouco compreendidos.

* Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Neste artigo pretendemos apenas esboçar um roteiro para o pesquisador que queira se aventurar no tema. Começamos pela literatura sobre a História Monetária do Brasil que fornece os parâmetros gerais dentro dos quais os bancos se estabelecem. A seguir tratamos das fontes primárias e secundárias para a História dos Bancos no Brasil, detalhando, por fim, as fontes conhecidas para o estudo da História dos Bancos em São Paulo.

Limitamos nosso roteiro ao período 1850-1930 pois antes de 1850 as experiências bancárias, em São Paulo, são limitadíssimas e, no Brasil, são razoavelmente bem conhecidas por meio de fontes secundárias. Encerramos em 1930 porque, a partir de então, a economia se torna mais complexa e as fontes de pesquisa passam a ter outra dimensão. Esperamos que, apesar destas limitações, o artigo possa ser útil aos pesquisadores da História dos Bancos.

FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA MONETÁRIA DO BRASIL

Diversamente da História Bancária, a História Monetária do Brasil foi, desde cedo, objeto da preocupação do pensamento econômico no Brasil. Em inúmeras obras escritas entre meados do Século XIX e 1930, a História Econômica do Brasil é vista sob a ótica da História Monetária. A incapacidade da moeda brasileira enquadrar-se nas regras do padrão ouro motiva a maior parte desses estudos. Seu objetivo é, em geral, de caráter político: trata-se de defender a adesão ao padrão ouro ou, inversamente, de propor política monetária fundada em emissão não lastreada. O debate entre “metalistas” e “papelistas”, no Brasil, reproduz, com as devidas adaptações, a polêmica inglesa entre “Escola Monetária” e “Escola Bancária”.

Convém notar, no entanto, que esta História Monetária é, em certo sentido, uma História dos Bancos. Ao tratar fundamentalmente dos mecanismos de emissão de moeda, as histórias monetárias acabam por incluir a descrição dos bancos que assumiram o papel de emissores. Na verdade, desde a Independência do país, em 1822, alternaram-se diversos regimes de emissão: unidade emissora por meio do Tesouro, unidade emissora por meio de um banco e pluralidade emissora por meio de vários bancos (em diferentes regiões). Por isso, as histórias monetárias envolvem a história dos bancos enquanto emissores de moeda. Pouca atenção se dá, nesses textos, ao outro aspecto fundamental dos bancos, qual seja o de fornecedores de crédito. Nesse sentido, podemos qualificar tais estudos como de História Monetária e não de História Bancária.

Não é difícil arrolar, mesmo de forma incompleta, algumas obras cujas características se enquadram nas linhas acima descritas. *Os Bancos do Brasil* de Bernardo de Souza Franco,¹ obra originalmente publicada em 1848, trata dos

¹ Bernardo de Souza Franco, *Os Bancos do Brasil*, Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

bancos existentes à época no Brasil: o Banco do Brasil, o do Rio de Janeiro, o da Bahia, o do Maranhão, o do Pará e o de Pernambuco, com ênfase no eventual caráter emissor desses bancos. Souza Franco foi Ministro do Império e sua obra tem marcado caráter de proposta política.

Este mesmo caráter está presente em várias obras publicadas durante a chamada Primeira República por estudiosos da questão monetária que também tiveram participação ativa na cena política. O debate implícito nessas obras é o indicado acima: adesão ao padrão ouro, como posição dominante, ou política monetária menos rígida identificada, por vezes, com a pluralidade emissora.

A Política Monetária do Brasil, de J. Pandiá Calógeras,² obra originalmente publicada em francês no ano de 1910, estuda o sistema monetário brasileiro desde 1808 (quando a Corte Portuguesa se instala no Brasil após a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas) até o começo deste século. O mesmo marco inicial (1808) é adotado por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada em *Bancos de Emissão no Brasil*,³ assim como por Amaro Cavalcanti em *O Meio Circulante Nacional*.⁴ As obras de Carlos Inglez de Souza, *A Anarchia Monetária e suas Consequências*⁵ e *A Restauração da Moeda no Brasil*⁶ enquadram-se no mesmo modelo acima descrito e nos títulos já deixam entrever a postura do autor. Merece referência ainda, neste conjunto, a obra de J. Pires do Rio,⁷ *A Moeda Brasileira e seu Perene Caráter Fiduciário*: publicada inicialmente na década de 20, em sua segunda edição (dos anos 40) incorpora o vocabulário tipicamente keynesiano.

Este conjunto de obras, ao qual se poderia acrescentar outros títulos, fornece indicações suficientes para se compreender a História Monetária do Brasil como era vista entre 1850 e 1930: ou seja, a partir das concepções teóricas então dominantes e das propostas de política monetária em discussão à época.

Estudos posteriores sobre a História Monetária do Brasil viriam atualizar a perspectiva teórica em que se realizava sua abordagem. *Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*, de Dorival Teixeira Vieira⁸ é uma tese acadêmica que retoma a História Monetária desde 1808 e em que a antiga polêmica de política monetária já não está tão presente. Estudos mais recentes tiveram como fonte inspiradora a famosa *História Monetária dos Estados Unidos* de Friedman

² J. Pandiá Calógeras, *A Política Monetária do Brasil*, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1960.

³ Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, *Bancos de Emissão no Brasil*, Editora Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1923.

⁴ Amaro Cavalcanti, *O Meio Circulante Nacional*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1893, 2 vols.

⁵ Carlos Inglez de Souza, *A Anarchia Monetária e suas consequências*, Monteiro Lobato, S. Paulo, 1924.

⁶ Carlos Inglez de Souza, *Restauração da Moeda no Brasil*, Casa Garraux, S. Paulo, 1926.

⁷ J. Pires do Rio, *A Moeda Brasileira e seu Perene Caráter Fiduciário*, José Olympio Editora, s.l., s.d.

⁸ Dorival Teixeira Vieira, *Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, S. Paulo, 1962.

e Schwartz: Paulo Neuhaus,⁹ *História Monetária do Brasil* e Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan,¹⁰ *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituição monetária* são obras que, incluindo minuciosa pesquisa quantitativa, se enquadrariam no modelo acima citado.

Wilson Suzigan,¹¹ reuniu e organizou os dados quantitativos disponíveis sobre o sistema monetário brasileiro a partir de 1810: composição da moeda manual, composição da moeda escritural, Encaixe dos Bancos Comerciais, Papel Moeda Emitido por órgãos emissores são as informações disponíveis nessa publicação. Aí também se encontra a informação sobre as fontes originais dos dados referentes aos agregados monetários acima indicados.

Estas breves referências bibliográficas, que incluem apenas uma parte da literatura sobre a História Monetária do Brasil, parecem ser suficientes para se compreender o entorno monetário em que se coloca a História Bancária do Brasil.

FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS PARA A HISTÓRIA BANCÁRIA DO BRASIL

Um primeiro grupo de contribuições à História Bancária do Brasil é constituído por estudos sobre instituições financeiras específicas. Na verdade, o Banco do Brasil (ou melhor, os diversos Bancos do Brasil que se sucederam no tempo) recebeu maior atenção e deu origem a várias obras: Felisbello Freire,¹² Victor Viana,¹³ Afonso Arinos de Mello Franco¹⁴ e Cláudio Pacheco¹⁵ estudam o Banco do Brasil em diversos momentos de sua existência. Embora seja mais um depoimento do que uma “história”, a *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & C. e ao Público*¹⁶ inclui importantes notas sobre as operações bancárias de Mauá no Brasil e no Uruguai.

Alguns trabalhos de caráter geral, mas com enfoque essencialmente descritivo, foram produzidos de forma esporádica: Vicente Paz Fontenla¹⁷ e Benedito Ribeiro

⁹ Paulo Neuhaus, *História Monetária do Brasil*, IBMEC, Rio de Janeiro, 1975.

¹⁰ Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan, *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituição monetária*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1976.

¹¹ Wilson Suzigan, “Moeda e Sistema Bancário”, IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil (Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985)*, IBGE, Rio de Janeiro, 1987.

¹² Felisbello Freire, *História do Banco do Brasil*, O Economista, Rio de Janeiro, 1907.

¹³ Victor Viana, *O Banco do Brasil: sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional*, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1926.

¹⁴ Afonso Arinos de Mello Franco, *História do Banco do Brasil, 1808-1835*, 1. vol., s.c.p., s.l., 1973.

¹⁵ Cláudio Pacheco, *História do Banco do Brasil*, s.c.p., s.l., vols. 2, 3 e 4, 1973; vol. 5, 1979.

¹⁶ Visconde de Mauá, *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & C. e ao Público*, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., Rio de Janeiro, 1878.

¹⁷ Vicente Paz Fontenla, *História dos Bancos no Brasil*, s.c.p., Rio de Janeiro, 1965.

e Mário M. Guimarães¹⁸ enquadram-se nessa categoria, útil por fornecer um quadro geral do sistema bancário brasileiro.

Nos anos recentes, o estudo da História dos Bancos no Brasil encontrou contribuições específicas na área acadêmica. Maria Bárbara Levy explorou vários aspectos do sistema financeiro, sendo de especial importância sua *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*.¹⁹ Pesquisas de caráter regional se mostraram igualmente importantes para iluminar o funcionamento do sistema bancário no Brasil. Fernando Nogueira da Costa²⁰ estudou os *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)* e o *Banco do Estado (de São Paulo): o Caso Banespa*.²¹ Flávio A. M. de Saes pesquisou *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista (1850-1930)*.²² Eugênio Lagemann interessou-se pelo Rio Grande do Sul estudando *O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional*.²³ A pesquisa em âmbito regional tem permitido captar uma realidade bem mais complexa que aquela sugerida pelos estudos mais gerais.

Mas também devemos nos referir a alguns trabalhos que buscaram tratar o sistema bancário brasileiro em seu conjunto. A obra de Raymond Goldsmith²⁴ constitui ambicioso projeto de estudo do sistema financeiro brasileiro de 1850 a 1984, com base em ampla base quantitativa que é utilizada para a análise das relações financeiras típicas da abordagem do autor. Trata-se, portanto, de visão panorâmica do tema. Na obra de Steven Topik,²⁵ cujo objeto central é a política do Estado brasileiro, há importante capítulo sobre "O Sistema Financeiro (entre 1889 e 1930)". A tese de Gail Triner,²⁶ *Banks and Brazilian Economic Development: 1906-1930*, se fundamenta em amplo material empírico e estuda de modo cuidadoso o funcionamento do sistema bancário brasileiro nas primeiras décadas deste século. Trata-se de contribuição original ao estudo da História dos Bancos no Brasil e que abre novas possibilidades de pesquisa do tema.

¹⁸ Benedito Ribeiro e Mário M. Guimarães, *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil*, Pro-Service, S. Paulo, 1967.

¹⁹ Maria Bárbara Levy, *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, IBMEC, Rio de Janeiro, 1972.

²⁰ Fernando Nogueira da Costa, *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978.

²¹ Fernando Nogueira da Costa, *Banco do Estado: o Caso Banespa*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

²² Flávio Azevedo Marques de Saes, *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista (1850-1930)*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1986.

²³ Eugênio Lagemann, *O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional*, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985.

²⁴ Raymond W. Goldsmith, *Brasil, 1850-1984: Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação*, Editora Harper & Row do Brasil, 1986.

²⁵ Steven Topik, *A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*, Editora Record, Rio de Janeiro, 1987.

²⁶ Gail D. Triner, *Banks and Brazilian Development: 1906-1930*, Columbia University, 1994.

Esta relação de estudos sobre a História dos Bancos no Brasil não é exaustiva. Muitos trabalhos, principalmente teses universitárias não publicadas, não estão aqui incluídas. Mas pensamos ter apresentado amostra representativa da produção sobre o tema que permite ao pesquisador situar-se no objeto de seu estudo.

Cabe ainda, em termos da História Bancária do Brasil, a indicação de algumas fontes primárias para a exploração do tema. Em relação aos dados quantitativos Suzigan²⁷ fornece as indicações necessárias para esclarecer o pesquisador. Outras fontes cuja consulta é esclarecedora são arroladas a seguir: Relatórios do Ministro da Fazenda (publicação anual), Relatórios do Banco do Brasil apresentados à Assembléia Geral de Acionistas (anual) e Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), também publicado anualmente, são fontes que situam o sistema financeiro na conjuntura econômica, permitindo delinear as relações entre as flutuações econômicas e o desempenho dos bancos.

Para a definição nominal dos bancos existentes no Brasil é útil a publicação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *Sociedades Mercantis autorizadas a funcionar no Brasil, 1808-1946*.²⁸ Aí estão relacionadas as sociedades que obtiveram autorização de funcionamento do Governo brasileiro, inclusive os bancos. Indica-se também o número do decreto de autorização que era publicado junto com os estatutos do banco. Estes decretos estão reproduzidos na *Coleção das Leis e Decretos*²⁹ do Brasil, o que permite a consulta aos estatutos dos bancos autorizados a funcionar no Brasil (inclusive eventuais alterações estatutárias como as decorrentes de aumento do capital). Cumpre notar que esta fonte não inclui segmento importante do sistema financeiro da época, constituído pelas casas bancárias cujo funcionamento não dependia dessa autorização. Finalmente, para a obtenção de dados quantitativos sobre bancos específicos, pode-se recorrer à consulta da imprensa local pois as instituições financeiras organizadas sob a forma de sociedades por ações eram obrigadas à publicação de seus balanços. Embora se trate de trabalho árduo, oferece resultados satisfatórios. O interesse específico de cada pesquisador o encaminhará para outras fontes, adequadas a seu objeto particular de investigação. Mostramos, a seguir, de que modo, a partir desses elementos mais gerais, podemos entender as características particulares do sistema bancário de São Paulo com base na exploração de algumas fontes específicas para essa região do país.

²⁷ Wilson Suzigan, *op. cit.*

²⁸ Brasil, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *Sociedades Mercantis autorizadas a funcionar no Brasil, 1808-1946*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947.

²⁹ Brasil, *Coleção de Leis e Decretos*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro (Publicação anual).

FONTES PARA A PESQUISA DA HISTÓRIA
BANCÁRIA DE SÃO PAULO (1850-1930)

Na primeira metade do Século XIX, a então Província de São Paulo tinha reduzida expressão na economia brasileira. Seu principal produto era a cana-de-açúcar, sem contudo rivalizar a produção do Nordeste. A capital da Província —a cidade de São Paulo— tinha reduzida população, não sendo comparável às principais cidades do país. Por isso, também o desenvolvimento bancário é limitado na Província. Em meados do século já se consolidou um novo produto agrícola de exportação —o café— que provoca o rápido crescimento da economia paulista e que cria as condições para o nascimento da indústria. O surgimento dos bancos em São Paulo se dá nesse conjunto de transformações: as primeiras experiências se verificam nas décadas de 50 e 60, acelerando-se a criação de novos bancos nos anos 80.

Com o advento da República, em 1889, há maior facilidade para a formação de sociedades, o que se reflete também no setor bancário. Muitos desses bancos, extremamente frágeis, desaparecem alguns anos depois (no processo que ficou conhecido no Brasil como “Encilhamento”). Essa é uma característica do sistema bancário paulista: ao lado de pequeno número de grandes bancos (brasileiros e estrangeiros) que permanecem durante a chamada Primeira República (1889-1930), há grande número de pequenas empresas bancárias que desaparece diante da primeira crise econômica.

Quais as fontes primárias disponíveis para captar esse movimento do sistema bancário paulista?

Para o período 1850-1889, não há fontes que tratem de forma sistemática o sistema bancário de São Paulo. Por isso, é preciso lançar mão de múltiplas fontes e tentar compor, de forma consistente, os resultados obtidos. No plano descritivo, são úteis os *Almanaques de Província de São Paulo* (1857, 1873, 1883, 1887)³⁰ que fornecem o quadro dos estabelecimentos bancários em funcionamento e sua localização. A pesquisa da imprensa local (*Correio Paulistano, Província de São Paulo, Diário de São Paulo*) oferece alguns resultados, embora nem sempre proporcionais ao esforço despendido.

O Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo (Seção de Documentação Escrita) contém documentos pouco explorados em relação aos bancos, cuja pesquisa pode produzir frutos apreciáveis. Trata-se de correspondência manuscrita

³⁰ *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857*, Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, S. Paulo, 1857; *Almanak da Província de S. Paulo para 1873*, publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, s.l., s.d.; *Almanach da Província de São Paulo, administrativo, industrial e comercial para 1887*, Jorge Seckler e Comp., S. Paulo, s.d.; *Novo Almanaque de São Paulo para o ano de 1883*, Jorge Seckler & Cia, S. Paulo, 1882.

referente ao Governo da Província de São Paulo que está classificada por assuntos, o que facilita substancialmente sua consulta.

Finalmente, para o ano de 1888 há o *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*,³¹ que apresenta o quadro geral do sistema bancário de São Paulo, acompanhado dos principais dados dos balanços. Embora referido a período específico, traça panorama extremamente útil para se delinear a estrutura do sistema bancário em São Paulo nesse momento.

Esta breve indicação das fontes primárias para o período 1850-1889 é suficiente para mostrar a dificuldade de se compor registro sistemático das atividades bancárias no período. A tentativa de reconstrução quantitativa do conjunto do sistema bancário encontrará barreiras difíceis de transpor, embora seja possível acompanhar, ainda que de forma intermitente, a evolução dos principais bancos do período.

Para os anos da Primeira República (em especial a partir de 1900), há novas fontes que tornam a pesquisa sistemática viável. Por um lado, a instalação da Repartição de Estatística e de Arquivo de São Paulo, no começo da República, dota o Estado de um organismo específico para a produção de dados estatísticos. Este órgão passa a publicar, em 1901, o *Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil)*³² que, entre outros dados, contém uma seção dedicada a Instituições de Crédito. Aí são reproduzidos, banco por banco, os principais dados dos balanços anuais dessas instituições. Trata-se, portanto, de fonte riquíssima que provê o pesquisador de amplo material quantitativo para pesquisa.

A crítica dessa fonte mostra, no entanto, algumas deficiências. Por um lado, os dados reproduzidos limitam-se ao Ativo e Passivo do Balanço anual. Não há a reprodução das contas de resultado (Lucros e Perdas) que permitiria estudar a rentabilidade das empresas bancárias de São Paulo a partir de 1901. Por outro lado, o confronto com outras fontes permite identificar, no *Anuário Estatístico*, a omissão de alguns bancos, em geral os de pequeno porte e situados em cidades do interior (junto às áreas produtoras de café).

Estas deficiências sugerem a necessidade de consulta a outras fontes. A mais rica, embora também a mais trabalhosa, é a imprensa da capital do Estado de São Paulo, isto porque as sociedades anônimas (inclusive os bancos) eram obrigados a publicar suas contas em jornais de grande circulação à época. O pesquisador poderá recolher grande número de informações pela consulta a jornais como *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*, entre outros. Além dos balanços anuais e dos demonstrativos de lucros e perdas

³¹ São Paulo, *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*, Leroy King Bookwalter, São Paulo, 1888.

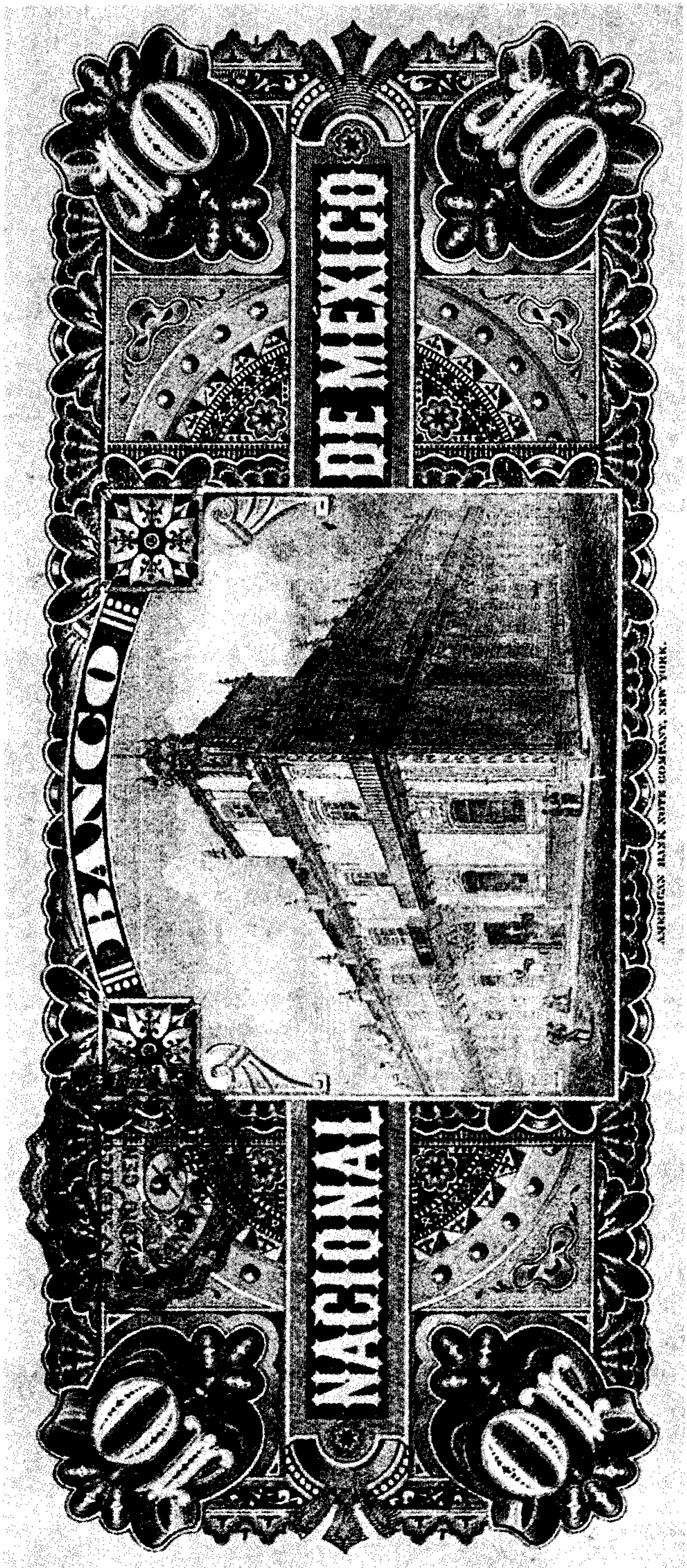
³² São Paulo, Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo, *Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil)*, Typ. do Diário Oficial, S. Paulo (1901 a 1928).

semestrais, pode-se encontrar, com frequência, os relatórios das diretorias dos bancos para as assembleias de acionistas. Estes relatórios mostram-se particularmente esclarecedores em períodos de crise, a exigir dos diretores explicações minuciosas para o mau andamento dos negócios.

Acreditamos que estas fontes sejam suficientes para fornecer informações razoavelmente precisas sobre a evolução do sistema bancário em São Paulo entre 1850 e 1930.

Infelizmente, não há fundos documentais específicos sobre bancos, organizados em arquivos oficiais. Por isso, o pesquisador é obrigado a constituir, ele próprio, seu material de pesquisa, o que acaba por imprimir caráter pessoal na escolha das fontes a serem utilizadas. Por isso, outras fontes poderão ser utilizadas, inclusive para esclarecer aspectos ainda ignorados e propor novos problemas à pesquisa da História Bancária de São Paulo. Nesse ponto, há um aspecto que merece particular atenção: conhece-se pouco sobre as operações bancárias: quem são os depositantes, como se distribuem esses depósitos (entre grandes e pequenos depositantes, por setores de atividade); quais as condições em que se realizam empréstimos, a quem são concedidos os empréstimos, quais as taxas de juros efetivamente pagas. Estas são questões que demandariam o acesso aos arquivos dos bancos. Para o caso de São Paulo, esta tarefa é particularmente complexa. Nenhum dos bancos paulistas típicos do período 1850-1930 sobreviveu até hoje (exceto o Banco do Estado de São Paulo). Alguns foram liquidados por insolvência, outros foram absorvidos por bancos fundados posteriormente. Por esse motivo, a localização dos arquivos já é tarefa que demanda certo esforço. Além disso, ainda se verifica certa resistência por parte das empresas privadas para permitir o acesso à sua documentação, mesmo quando data de quase um século. E quando o acesso é permitido, encontra-se material não sistematizado, a demandar esforço preliminar de organização nem sempre viável para o pesquisador individual.

Parece-me, portanto, que avanços significativos na História Bancária de São Paulo (e do Brasil) serão obtidos quando se tiver amplo acesso aos arquivos dos bancos existentes à época e que sobreviveram às transformações por que passou o setor. Para isso, no entanto, penso ser necessária a mobilização de grupos de pesquisa do tema para sensibilizar empresários e autoridades no sentido de facilitar o acesso a essa documentação. Se esse amplo esforço de pesquisa e de reflexão for possível, certamente serão superadas certas limitações empíricas que obrigam os pesquisadores da História dos Bancos em São Paulo (e no Brasil, em geral) a formular algumas generalizações com base em evidência fatural reconhecidamente insatisfatória.



AMERICAN BANK NOTE COMPANY, NEW YORK.